

# Vem aí o Partido do Sarney

CARLOS CHAGAS

Tem sido levantada por diversos ministros e está sendo aceita pelo presidente José Sarney a necessidade óbvia de o governo da Nova República dispor de bancadas amplamente majoritárias na Câmara e no Senado. Na prática, trata-se da formação do PJS (Partido do José Sarney), ainda que, na teoria, se torne prescindível a criação da sigla, o seu registro na Justiça Eleitoral e a aquisição de sede própria. Importa mais que um número sensível de deputados e senadores do PFL e do PMDB esteja disposto a apolar o presidente e suas diretrizes, especialmente para a redação da nova Constituição.

Ainda esta semana, conversando sobre o tema com um de seus principais auxiliares, o presidente voltou a repetir que não pretende influir no quadro partidário, muito menos estimular sua implosão e a formação de novas legendas. Repele quaisquer idéias referentes à formalização do PJS, até porque, como disse, não pretende continuar na vida pública após a conclusão de seu mandato.

Isso não quer dizer que não esteja atento à necessidade maior, da preservação da Aliança Democrática no plano federal para a conservação de maioria parlamentar capaz de respaldar suas metas, seus projetos e suas realizações. Espera que o PFL e o PMDB continuem como pano de fundo de sua administração.

Está o presidente alertado para o fato de que no PMDB, em função dos resultados eleitorais, poderão surgir obstáculos. A ala majoritária do partido, caracterizada por posições de centro esquerda, permanecerá ao seu lado, mas um grupo menor, mais extremado e radical, talvez pretenda avançar mais do que o possível, no equacionamento de sugestões constitucionais. Será preciso, então, que a maioria peemedebista não se deixe levar pelos cantos de serela da minoria. Não parece difícil obter esse resultado, que, no fim, é exatamente igual ao que pretendem alguns de seus ministros pertencentes ao PFL. Cuidado e cautela, porém, são essenciais na montagem, para não desagradar a direção do PMDB nem dar a



impressão de que se quer rachar o partido. Não é esse o objetivo.

Imagina-se que o PFL faça em torno de 120 a 140 deputados federais. Desses, muito poucos estarão desligados do conjunto centrista, adotando posições contrárias à Nova República, no caso, à direita da estratégia oficial. No PMDB, será diferente. A expectativa é de que o partido de Ulysses Guimarães eleja de 210 a 230 deputados federais. Pode ser que 50, não mais que isso, fiquem à esquerda da maioria. Somar-se-iam, então, cerca de 110 liberais e, na pior das hipóteses, 170 peemedebistas, para integrar o informal bloco do PJS na Câmara, com aproximadamente 280 deputados federais. Esse número exprimirá bem mais do que a metade das 487 cadeiras, suficiente para fazer aprovar, mesmo sem aliança com legendas menores,

quaisquer projetos do interesse do Palácio do Planalto.

No Senado, os cálculos surgem ainda mais otimistas. Dos 72 senadores, 23 permanecerão, com mandato até 1990. Deles, o PFL e o PMB possuem 19. Dos 49 eleitos em novembro, à razão de dois por Estado, exceção do Distrito Federal, que elegerá três, imagina-se que a Aliança Democrática faça um mínimo de 40. Certamente mais. E como se contam nos dedos os senadores extremados, dos que ficam e dos que virão, a maioria estará amplamente garantida na Câmara Alta, para o presidente.

É claro que esses cálculos se fazem na suposição de as coisas continuarem dando certo para o governo. Que o Plano Cruzado, apesar dos obstáculos, não malogre e que a popularidade de Sarney continue está-

vel, onde está. Na hipótese de débeis, surpresas ou inusitados, tudo precisaria ser refeito.

O PJS, assim, surgirá e não surgirá. Na prática, estará funcionando, mas 'na teoria' não disporá de número no catálogo telefônico nem de diretório nacional ou diretórios regionais. O que importa ao presidente é, acima de tudo, ver formadas bancadas majoritariamente confiáveis. Reformistas, jamais revolucionárias.

Por mais paradoxal que pareça, ao Palácio do Planalto surge mais relevante a eleição parlamentar do que a eleição dos governadores, apesar da sedução aparente das campanhas. A quase totalidade dos novos governadores pertencera à Aliança Democrática. Pode ser até que todos. E em cada Estado, mesmo assistindo a grupos vitoriosos e grupos derrotados, no PFL e no PMDB, valerão os esforços de ambos para a eleição de deputados federais e senadores. Porque os governadores, quaisquer que sejam, com raras exceções, se terminarem compondo com Brasília. Precisarão do governo para governar. Não puxarão a fila dos radicalismos constituintes nem se deixarão envolver por teses irreais ou extremadas. Daí haver o presidente, há uma semana informado que não pretende mudar o Ministério em função dos resultados das eleições de governador. Além de estar cedendo a pressões num assunto que constitui sua prerrogativa exclusiva, ele se veria obrigado a desarticular uma equipe que, em seu entender, vem dando certo e venceu a maré alta. Suponha-se, por exemplo, que em São Paulo vença Antônio Ermírio de Moraes. Estaria o presidente, por isso, obrigado a entregar a cabeça dos ministros do PMDB paulista, de Dilson Funaro a João Sayad e a Almir Pazzianotto? Ou se Miguel Arraes sair vitorioso em Pernambuco, Marco Maciel deveria deixar de ser ministro? Antonio Carlos Magalhães, no caso da vitória de Waldir Pires, na Bahia? E assim por diante, com o adendo de que esses ministros, mesmo por hipótese derrotados nas eleições de governador em seus Estados, estão contribuindo para a formação de bancadas parlamentares densas e obrigatoriamente integrantes do informal PJS.